



Relatório de Reunião com Recomendações

Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG

1º Quadrimestre – 2019

Data da reunião: 26/6/2019

ASSEMBLEIA FISCALIZA – 1º QUADRIMESTRE DE 2019

RELATÓRIO DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Prestação de informações sobre a gestão da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG

I – Apresentação

No dia 26/6/2019, a Comissão de Segurança Pública recebeu o delegado de Polícia Wagner Pinto de Souza, chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, que prestou informações sobre a gestão de sua área de competência relativamente ao 1º quadrimestre de 2019, em atendimento ao art. 54 da [Constituição do Estado](#).

II – Presenças

- **Comissão de Segurança Pública:** deputados Sargento Rodrigues (presidente da comissão e da reunião), Delegado Heli Grilo (vice-presidente da comissão), Léo Portela, Bartô (substituindo o deputado João Leite) e Bruno Engler (substituindo o deputado Delegado Heli Grilo).
- **Demais presenças:** deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva, Luiz Humberto Carneiro, João Vítor Xavier e Coronel Sandro.

III – Discussões

O chefe da PCMG, inicialmente, realizou a exposição referente ao art. 7º da [Deliberação nº 2.705, de 23/4/2019](#). Em sua explanação, o delegado tratou dos temas indicados pela comissão para serem enfatizados no Assembleia Fiscaliza.

Em relação ao efetivo das carreiras policiais da instituição, que abrange os cargos de delegado de polícia, médico legista, perito criminal, investigador e escrivão de polícia, o chefe da PCMG apresentou os dados referentes à situação da instituição. Atualmente, a Polícia Civil conta com 9.902 policiais ativos, sendo que deveria contar com 17.517, perfazendo um déficit de 7.615 policiais, ou seja, 43% de defasagem de pessoal. Em relação às carreiras administrativas, que abrangem os cargos de analista, técnico assistente e auxiliar de polícia, a instituição deveria contar

com 1.669 servidores, contudo possui 1.254 em seus quadros, possuindo, assim, um déficit de 411 servidores.

Para recompor parte do efetivo de investigadores de polícia, o chefe da instituição afirmou que aguarda nota técnica da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – informando quantos candidatos, dentre os 544 excedentes aprovados no concurso de 2014, poderão ser nomeados. Além disso, assinalou que o concurso para o cargo de escrivão, que está em andamento, será homologado nos próximos dias e se espera a nomeação de mais 119 escrivães de polícia. Ressaltou, ainda, que em abril de 2019 foram designados 66 novos investigadores de polícia para exercer atividades em delegacias no interior do Estado. Da mesma forma, em junho foram nomeados 76 delegados de polícia, que, após o curso de formação, assumirão delegacias em comarcas que, atualmente, não contam com nenhum delegado.

Em seguida, apresentou os resultados de algumas das 576 operações policiais desencadeadas pela instituição entre 1º/1/2019 e 21/6/2019, que tiveram como foco o combate a organizações criminosas, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, crimes violentos e tráfico ilícito de entorpecentes. Duas operações mereceram bastante destaque: a primeira é a operação Copa América, na qual a Polícia Civil designou um efetivo de aproximadamente 250 policiais, sendo que 70 estão alocados no estádio Mineirão, e conta com monitoramento por meio de drones; a segunda é relacionada ao rompimento da barragem em Brumadinho, na qual já foram identificadas 246 vítimas, confeccionados mais de 700 carteiras de identidade e instaurados inquéritos policiais para a identificação dos responsáveis.

Dando seguimento, o chefe da Polícia Civil apresentou os números dos procedimentos policiais desencadeados pela instituição no primeiro quadrimestre de 2019. Segundo ele, 71.388 Inquéritos Policiais – IPs – foram instaurados, 45.964 IPs foram concluídos, 39.097 Termos Circunstanciados de Ocorrência foram lavrados e 13.486 Expedientes Apartados de Medidas Protetivas foram confeccionados. Em relação aos procedimentos não policiais realizados no mesmo período, a instituição emitiu 469.330 carteiras de identidade, 626.284 carteiras de habilitação e 4.054.902 licenciamentos veiculares.

Acerca do funcionamento do Hospital da Polícia Civil, no primeiro quadrimestre de 2019 foram realizados 17.394 atendimentos, dentre consultas médicas, odontológicas e fisioterápicas. Também foram prestados 1.370 atendimentos de psicologia aos policiais e familiares.

Em relação à qualificação dos policiais, nesse período foram realizados 638 cursos presenciais de formação, aperfeiçoamento e capacitação. Já nos cursos na modalidade a distância, 5.367 policiais foram capacitados. Segundo o chefe da PCMG, a Academia de Polícia Civil está desenvolvendo um projeto de educação continuada dos servidores da instituição.

Quanto à estruturação das unidades da Polícia Civil, o chefe da instituição afirmou que foram inauguradas, no primeiro quadrimestre de 2019, sete novas sedes, com destaque para a criação do Núcleo de Investigação de Feminicídio no âmbito do Departamento Estadual de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa. Além das inaugurações, a PCMG pretende reformar, até o fim de 2019, 12 unidades da corporação, com o dispêndio de R\$825.000,00.

Em relação aos equipamentos colocados à disposição dos policiais civis, o titular da instituição apresentou os números atualizados: 4.512 coletes balísticos, sendo 479 distribuídos em 2019; 11.105 algemas; 9.387 pistolas ponto 40. Em relação às viaturas policiais, foi apresentado apenas o quantitativo adquirido no primeiro quadrimestre, sendo um total de 204 novos veículos, comprados por meio de emendas parlamentares.

Quanto ao funcionamento dos plantões, o chefe da Polícia Civil afirmou que atualmente existem 71 unidades plantonistas em todo o Estado, sendo 64 do tipo denominado “plantão regionalizado”. Em Belo Horizonte há sete delegacias plantonistas, sendo que três são especializadas: as delegacias de plantão de atendimento à mulher, de investigação de atos infracionais e de trânsito.

Em seguida, apresentou alguns projetos desenvolvidos pela instituição, dos quais se destacam o Plantão Patrimonial da PCMG, o Plantão Digital, a Centralização dos Plantões em Belo Horizonte e o Aplicativo MG Mulher. O Plantão Patrimonial da PCMG objetiva retirar policiais civis que, em verdade, exercem funções de guarda patrimonial de determinados bens custodiados pela instituição. A proposta é substituí-los por vigilância remota com Circuito Fechado de TV – CFTV – e por vigilantes contratados. Com a medida, espera-se liberar efetivo policial para realização da atividade-fim da instituição e, ainda, economizar recursos públicos. O projeto do Plantão Digital visa implantar um sistema de videoconferência em delegacias para permitir o recebimento remoto de ocorrências policiais. Além de maior eficiência no recebimento das ocorrências, espera-se com a medida a economizar R\$2.412.015,84 por ano. A Centralização dos Plantões em Belo Horizonte consiste em substituir as atuais quatro delegacias plantonistas da capital por uma única, que contará com melhor estrutura física e pessoal qualificado. Por fim, o projeto Aplicativo MG Mulher consiste em uma ferramenta que auxiliará as mulheres vítimas de violência no acionamento de emergência das autoridades policiais.

Após a explanação do chefe da Polícia Civil, a comissão apresentou seus questionamentos, sendo a carência de efetivo e questões relacionadas às atividades dos policiais as temáticas mais abordadas.

A comissão solicitou esclarecimentos ao chefe da PCMG acerca dos seguintes temas: previsão de realização de novos concursos públicos para as carreiras da instituição, tendo em vista o efetivo previsto na [Lei Complementar nº 129, de 2013](#); previsão de nomeação dos 544 aprovados

excedentes do último concurso público realizado para o cargo de investigador de polícia, em 2014, que perderá a validade em agosto de 2019; esclarecimentos sobre a política adotada pela instituição quanto aos pedidos de transferência de servidores da Polícia Civil para acompanhar cônjuge servidor público, de forma a permanecerem próximo da família; regulamentação da [Lei nº 23.048, de 2018](#), que permite aos policiais civis aposentados atuarem na função de auxiliar ou membro de banca examinadora em exames de habilitação.

Em relação à previsão de realização de novos concursos públicos para as carreiras da instituição, tendo em vista o efetivo previsto na [Lei Complementar nº 129, de 2013](#), o chefe da Polícia Civil afirmou que os concursos são medidas de aumento de efetivo de médio e longo prazo, haja vista que os certames podem se estender por quase dois anos. O titular afirmou que a estratégia atual é pleitear ao governador do Estado a realização de concursos públicos para todas as carreiras da instituição, até porque, segundo ele, a realização dos certames não necessita de recursos orçamentários, haja vista que as próprias taxas pagas pelos candidatos são suficientes para arcar com as despesas do concurso.

Sobre a previsão de nomeação dos 544 investigadores de polícia aprovados no último concurso público realizado para o cargo, em agosto de 2014, que perderá a validade em agosto de 2019, o chefe da PCMG afirmou que tem ciência da urgência da situação e relatou que a nomeação ocorrerá nas próximas semanas.

Quanto à política adotada pela instituição em relação aos pedidos de transferência, principalmente de servidores da Polícia Civil casados com outros servidores públicos, e que precisam estar próximos da família, o delegado afirmou que as famílias dos policiais constituem o maior patrimônio da classe. Assim, a regra é o servidor acompanhar o cônjuge em caso de transferência, contudo, em algumas situações, o interesse da administração pública deve ser observado, como nas designações iniciais de lotação. Nesse caso, como o direcionamento à primeira lotação leva em conta localidades com carência de servidores e, ainda, a classificação do candidato aprovado, o interesse da administração prevalecerá.

Acerca da regulamentação da [Lei nº 23.048, de 2018](#), que permite que policiais civis aposentados atuem na função de auxiliar ou membro de banca examinadora de habilitação, o chefe da PCMG externou grande preocupação com essa atividade. Explicou que, por já serem aposentados, essas pessoas não possuem mais vínculo administrativo com a instituição e, assim, não responderão administrativamente em caso de infrações. A instituição entende que precisa buscar alternativas para que a atividade dos examinadores, que são policiais civis, não prejudique o desempenho das atividades finalísticas de Polícia Civil, contudo a utilização de servidores aposentados é uma questão complexa.

Outros temas foram discutidos pela Comissão de Segurança Pública, destacados nos tópicos a seguir.

- Desdobramentos das denúncias de irregularidades cometidas no âmbito do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran/MG –, apresentadas durante a 9ª e a 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública, tendo o chefe da PCMG respondido que investigações preliminares não constatarem a existência de cartel nem irregularidades de credenciamento de pátios; as irregularidades relacionadas aos despachantes de veículos está sob análise da Advocacia-Geral do Estado e pela assessoria jurídica do Detran; quanto à “taxa de urgência”, a Corregedoria-Geral da Polícia Civil foi instada a realizar um trabalho contundente para averiguar e inibir eventuais ilicitudes apuradas.
- Irregularidades cometidas pelo delegado de polícia Cláudio Freitas Utsch Moreira, que, conforme áudios e reportagem amplamente divulgados, é suspeito de cobrar propina para a liberação de documentos de veículos e outras irregularidades. O chefe da PCMG afirmou que ele já foi afastado e uma investigação sigilosa encontra-se em andamento.
- Retorno das ações de repressão qualificada nas regiões de divisa do Estado, nos moldes do programa Cinturão de Segurança, especialmente na divisa com o Estado de São Paulo no Sul de Minas, considerando-se o crescimento da atuação de quadrilhas organizadas nos municípios localizados na região.
- Aumento do número de Delegacias Especializadas em Investigação e Repressão a Crimes Rurais, tendo em vista os altos índices de furtos e roubos de insumos agrícolas, semoventes e maquinários rurais. Atualmente, segundo o delegado, a única delegacia dessa natureza está localizada em Belo Horizonte e tem abrangência investigativa em todo o Estado, contudo a intenção é a desconcentração para o interior.
- Possível unificação das carreiras de escrivão e de investigador de polícia, haja vista que, segundo o chefe da Polícia Civil, as atividades das carreiras, na prática, se confundem e, em muitas vezes, ocorre retrabalho. Contudo, segundo o delegado, a medida encontra resistência entre membros da classe, inclusive nas representações sindicais.
- Inserção na formação continuada dos profissionais da instituição de um curso periódico bienal que, dentre outras matérias, possua módulo específico para treinamento de tiro, para que o policial civil possa treinar suas habilidades de manuseio e operação de arma de fogo, a exemplo do Treinamento Policial Básico – TPB –, realizado pela Polícia Militar.

IV – Recomendações

Em atendimento ao art. 9º da [Deliberação nº 2.705, de 23/4/2019](#), foram apresentadas recomendações decorrentes da reunião, na forma dos requerimentos a seguir.

Comissão de Segurança Pública

- [RQN nº 1.866/2019](#) – Pedido de providências à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – para retornar com as ações de repressão qualificada nas regiões de divisa do Estado, nos moldes do programa Cinturão de Segurança, considerando-se o crescimento da atuação de quadrilhas organizadas nos municípios localizados nessas regiões.
- [RQN nº 1.868/2019](#) – Pedido de providências à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – para que insira, na formação continuada dos profissionais da instituição, um curso periódico bienal que, entre outras matérias, tenha um módulo específico para treinamento de tiro, para que o policial civil possa treinar suas habilidades de manuseio e operação de arma de fogo, a exemplo do Treinamento Policial Básico – TPB –, realizado pela Polícia Militar.
- [RQN nº 1.863/2019](#) – Pedido de providências ao Comando-Geral da Polícia Militar e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais para que, no estudo de viabilidade técnica já em andamento nas citadas instituições, que objetiva a criação de uma central única de flagrantes para receber todas as prisões em flagrante da capital, seja considerado o tamanho geográfico e as vias de deslocamento do Município de Belo Horizonte.
- [RQN nº 1.812/2019](#) – (Anexado ao [RQN nº 1.851/2019](#)) – Pedido de informações ao chefe da Polícia Civil do Estado sobre as condições de trabalho dos policiais que desempenham suas funções nas bases móveis da instituição.
- [RQN nº 1.852/2019](#) – Pedido de informações ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais sobre os resultados obtidos com a implantação da Delegacia Especializada em Investigação e Repressão a Crimes Rurais, tais como número de inquéritos instaurados e concluídos, prisões realizadas, operações desencadeadas e bens recuperados.
- [RQN nº 1.851/2019](#) – Pedido de informações ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais sobre as condições de trabalho dos policiais civis que desempenham suas funções nas delegacias de polícia móveis da instituição, especificando-se as condições dessas bases em relação à existência de estrutura sanitária adequada, área de descanso, sistema de controle de temperatura e compartimento para acondicionamento de alimentos.

Deputado Sargento Rodrigues

Presidente e relator da 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública – Assembleia
Fiscaliza